



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

04/07/2017

INDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. VARA DA MULHER.....	1 - 2
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	3 - 5
2.2. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	6
3. JORNAL EXTRA	
3.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	7
3.2. DECISÕES.....	8
3.3. DESEMBARGADOR.....	9 - 10
4. JORNAL O DEBATE	
4.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	11
4.2. CONVÊNIOS.....	12 - 13
4.3. PLANTÃO NO TJMA.....	14
5. JORNAL O IMPARCIAL	
5.1. CORREGEDOR (A).....	15 - 17
6. JORNAL O PROGRESSO	
6.1. JUÍZES.....	18 - 21
7. JORNAL O QUARTO PODER	
7.1. COMARCAS.....	22
7.2. VARA DA MULHER.....	23 - 24
8. JORNAL PEQUENO	
8.1. ASSESSORIA.....	25
8.2. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	26
8.3. COMARCAS.....	27
8.4. DECISÕES.....	28

Flávio Dino recebe a visita da secretária das Mulheres do Governo Federal



Fátima Pelaes esteve com o governador Flávio Dino, no Palácio dos Leões - PÁGINA 2

Flávio Dino recebe a visita da secretária das Mulheres do Governo Federal



Fátima Pelaes esteve com o governador Flávio Dino, no Palácio dos Leões

O governador Flávio Dino recebeu a visita da secretária Especial de Políticas para as Mulheres do Governo Federal, Fátima Pelaes, na manhã de ontem (3), no Palácio dos Leões. A reunião integrou a agenda de trabalho de membros da Secretaria das Mulheres que tem como objetivo alinhar a parceria com o Governo do Estado para a inauguração da Casa da Mulher Brasileira.

Durante a conversa, o governador Flávio Dino e a secretária Fátima Pelaes conversaram sobre as políticas públicas voltadas para as mulheres e reforçaram o desejo de inaugurar a Casa da Mulher Brasileira de São Luís em agosto, mês de comemoração de 12 anos da Lei Maria da Penha.

“Tivemos hoje com a rede de enfrentamento e saímos daqui com muita expectativa. Visitamos também a Casa da Mulher Brasileira, que está praticamente pronta, então esperamos que agora no mês de agosto, pela programação da Lei Maria da Penha, possamos incluir a Casa aqui no Maranhão”, afirmou Fátima Pelaes.

Ela disse, ainda, que a Secretaria das Mulheres ficou muito feliz de ver a forma, o trabalho que vem sendo feito

e o compromisso de todos que tem responsabilidade de trabalhar as políticas públicas voltadas para as mulheres no Maranhão. “Isso é muito importante, sentimos esse compromisso do Governo, de todos que estão aqui, e acreditamos que durante todo este mês de julho vamos estar com tudo organizado para em agosto nós inaugurarmos a Casa, que é um serviço de atendimento integrado a essa mulher vítima de violência”, enfatizou.

A Casa da Mulher Brasileira é uma inovação no atendimento humanizado às mulheres. Integra no mesmo espaço serviços especializados para os mais diversos tipos de violência contra as mulheres: acolhimento e triagem; apoio psicossocial; delegacia; Juizado; Ministério Público, Defensoria Pública; promoção de autonomia econômica; cuidado das crianças – brinquedoteca; alojamento de passagem e central de transportes.

A secretária de Estado da Mulher (Semu), Laurinda Pinto, disse que a manhã foi de reuniões com todos os serviços que integram a câmara técnica da Casa da Mulher Brasileira. “Vamos viabilizar a mudança dos órgãos para a Casa e ajustes finais da parte administrativa.

Consumidores podem resolver pendências até a próxima sexta

Foi aberto ontem, no Shopping Rio Anil, o Balcão de Renegociação de Dívidas, uma iniciativa do Núcleo de Solução de Conflitos do TJMA; o evento tem a participação de diversas empresas

Consumidores de São Luís e da Região Metropolitana da Ilha podem negociar, até esta sexta-feira, 7, pendências financeiras com o Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica, Caema, Cemar, Universidade Ceuma, Faculdade Pitágoras, Faculdade do Maranhão (Facam), Lojas Gabryella, Credishop, Dullar, Spumaflex, Net/Claro, Alvorada Motos, Secretarias Municipal (Semfaz) e Estadual da Fazenda (Sefaz), no Balcão de Renegociação de Dívidas, no Shopping Rio Anil. A Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) também está no local para fornecer informações sobre débitos. Esta é a sétima edição do evento no estado.

O Balcão de Renegociação de Dívidas – uma iniciativa do Núcleo de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) – foi aberto ontem pelo desembargador José Bernardo Rodrigues (representando o presidente do TJMA, desembargador Cleones Carvalho Cunha); pelo presidente do Núcleo de Solução de Conflitos, desembargador José Luiz Almeida; e pelo coordenador do Núcleo, juiz Alexandre Abreu.

“Com este evento, o Poder Judiciário busca garantir o exercício da cidadania”, afirmou o desembargador Bernardo Rodrigues, na solenidade de abertura do evento. O desembargador José Luiz Almeida, por sua vez, ressaltou o alcance social do projeto e os inúmeros benefícios trazidos para a população, que pode resolver seus conflitos por meio do diálogo e da negociação, contribuindo para instaurar um sentimento coletivo de conciliação e paz social.

O coordenador do Núcleo, juiz Alexandre Abreu, enfatizou a importância da iniciativa. “Esta edi-



Abertura do Balcão de Renegociação de Dívidas, iniciativa do Tribunal de Justiça, no Shopping Rio Anil

“Estamos abrindo as portas para que os cidadãos sejam protagonistas de suas vidas, resolvendo suas demandas, por meio do diálogo e da conciliação”

JOSÉ LUIZ ALMEIDA
Desembargador

ção possui o diferencial de acontecer em um shopping com boa localização, no período de férias, época de intensa movimentação, o que permite aos consumidores que

estão passando pelo local, solucionarem suas demandas diretamente com as empresas, de forma ágil, simples, prática, de acordo com a sua capacidade de pagamento”, declarou o magistrado.

Serviços

Além da renegociação de dívidas, outros serviços são oferecidos, incluindo atendimento de solicitações (alterações cadastrais, ativação de contas), consultoria financeira, oferta para contratos habitacionais, reclamações (problemas de cobertura, contestações de contas), cadastro de clientes na tarifa social de energia de baixa renda, recebimento (de IPVA, ICMS, ISS e IPTU), encaminhamento de acordo para homologação judicial, entre outros. Também há orientação e conscientização de direitos, distribuição de cartilhas, tabelas de con-

trole financeiro e panfletos que orientam o consumidor.

Plataformas

No local, o consumidor poderá, ainda, cadastrar reclamações ou solicitar o agendamento de audiências com empresas que não estiverem participando do Balcão. Para isso, basta o interessado fazer seu cadastro nas plataformas eletrônicas “mediaçãodigital” e “consumidor.gov.br” – sistemas de facilitação no processo de mediação direta entre consumidores e empresas, disponibilizados pelo Ministério da Justiça e pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), respectivamente.

Erlano Costa Passos tentou negociar dívidas com a Tim - por meio de plataforma digital. A Prefeitura elogiou a iniciativa do Judiciário. “É um grande incentivo concedido pelo Judiciário para que

possamos solucionar nossas pendências”, salientou.

Documentos

Os consumidores interessados em renegociar dívidas devem comparecer ao local munidos de cópias e originais de documentos pessoais, com número de CPF, além de comprovantes da dívida adquirida (faturas de consumo, notas fiscais, boletos etc.).

Durante o Balcão, a equipe do Núcleo de Conciliação do TJ estará à disposição para efetuar os cadastros dos consumidores nas plataformas eletrônicas, fornecer informações, formalizar acordos e, ainda, agendar sessões nos Centros de Conciliação da capital com empresas que não estiverem participando do Balcão. Estagiários do Uniceuma também estão auxiliando os trabalhos durante o evento.

Funcionamento

Logo na entrada do local do evento, o consumidor é atendido pela Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), detentora do cadastro do SPC, que informa sobre a existência de pendências financeiras. Identificado algum débito, o consumidor é encaminhado para atendimento direto.

As empresas participantes estão instaladas em stands personalizados para atendimento de convidados e do público em geral, que estão sendo atendidos por ordem de chegada, devidamente orientados, conforme o caso a ser resolvido.

Identificada a existência de pendência, cujo credor não esteja presente, o consumidor é direcionado para a tentativa de solução da pendência de forma virtual ou para agendamento de audiência no Centro de Conciliação. ●

Acusado de saidinha bancária é preso

Bruno Carlos Silva foi detido quando saía do fórum, no Calhau, depois de uma audiência por outro crime

O acusado de cometer saidinha bancária, identificado como Bruno Carlos Silva, de 29 anos, foi preso ontem, na saída do Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, por uma equipe da Delegacia de

Roubos e Furtos (DRF).

O delegado Marconi Matos informou que Bruno Silva foi preso em cumprimento a uma ordem judicial pela saidinha bancária, ocorrida no dia 10 de fevereiro deste ano,

Divulgação



Bruno Carlos Silva, que foi preso quando saía de uma audiência

no Renascença II, na qual foi levada da vítima a quantia de R\$ 49 mil.

Esse criminoso, que estava em liberdade condicional, teria comparecido ontem ao fórum para assinar um documento, mas acabou preso. Ele foi conduzido para a sede da DRF, na Vila Palmeira, e ouvido. Logo depois, o conduziram para Pedrinhas, onde vai ficar à disposição da Justiça. “Esse detido já cometeu várias saidinhas bancárias na Ilha, mas estamos investigando”, declarou o delegado. ●

conceito**social**

Por: **Liliane Sá**

lilianejesus@hotmail.com

CDL São Luís renegocia dívidas

A CDL São Luís mais uma vez será parceira do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) no Balcão de Renegociação de Dívidas, evento que acontece de 3 a 7 de julho, das 8h às 18h, no Shopping Rio Anil.

A Câmara de Dirigentes Lojistas de São Luís terá um stand onde serão disponibilizadas gratuitamente à população informações sobre registro de inadimplência no SPC Brasil e adesão ao Cadastro Positivo.

O presidente da CDL, Fábio Ribeiro, explica que o trabalho da entidade é indispensável para que o cliente tenha informações sobre a sua inadimplência.

Faculdade Pitágoras é condenada a indenizar estudante impedido de fazer prova

A Faculdade Pitágoras foi condenada, por unanimidade, pela 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), a pagar uma indenização de R\$ 15 mil a um aluno impedido de fazer prova por conta de mensalidade em atraso, mas que já haviam sido pagas. Consta no processo, que o aluno foi retirado da sala de aula e isso lhe causou

constrangimento perante os demais. Esta decisão manteve o entendimento inicial da 11ª Vara Cível de São Luís.

O relator do recurso foi o desembargador Paulo Velten. Ele disse que a própria instituição de ensino “reconheceu que o nome do aluno não estava na lista de alunos aptos à realização da prova, em razão de pendências financeiras que

constavam no sistema da instituição de ensino, muito embora tenha imputado o problema a um erro do banco”.

Em sua defesa, o Pitágoras disse que “o professor apenas orientou o estudante a se dirigir à coordenação para resolver suas pendências; argumentou que a instituição financeira não repassou os pagamentos realizados pelo aluno; e que a

instituição de ensino não agiu com dolo ou culpa”.

Paulo Velten disse ainda que nem mesmo o “consumidor inadimplente” pode ser “exposto ao ridículo” ou “submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça” com base no Código de defesa do Consumidor, em seu Artigo 42, muito menos quem já havia quitado suas pendências.

Empossados novos promotores de justiça do Ministério Público do Maranhão

PÁGINA 5

EM SESSÃO SOLENE

Empossados novos promotores de justiça do Ministério Público do Maranhão

Em sessão solene do Colégio de Procuradores de Justiça, realizada na manhã desta segunda-feira, 3, foram empossados oito promotores de justiça substitutos do Ministério Público do Maranhão. Os novos integrantes são: Guilherme Gouvêa Fajardo, Guilherme Goulart Soares, Thiago Cândido Ribeiro, Denys Lima Rego, Luciano Henrique Sousa Benigno, Hortênsia Fernandes Cavalcanti, José Orlando Silva Filho e Helder Ferreira Bezerra.

A cerimônia foi realizada no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, em São Luís, reunindo diversas autoridades, amigos e familiares dos empossados.

Presidida pelo procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, a solenidade teve início com a entrada dos empossados no auditório. O promotor de justiça Thiago Cândido Ribeiro prestou o juramento ao lado da mesa de autoridades e foi acompanhado pelos demais empossados.

A subprocuradora-geral de justiça para Assuntos Administrativos, Mariléa Campos dos Santos Costa, fez a leitura do termo de posse que foi assinado pelos novos membros do MPMA. Em seguida, eles receberam o ato de nomeação do procurador-geral de justiça.

Representando os novos promotores, Denys Lima Rego destacou a expectativa pela posse em um momento de instabilidade política e econômica no país. “Vimos aqui para externar o nosso desejo de dar continuidade ao sonho



Os 8 promotores de justiça substitutos com o procurador-geral Luiz Gonzaga Coelho

ministerial de tornar a sociedade mais justa, igualitária e fiel aos princípios da república. Sabemos da nossa responsabilidade em um momento tão conturbado da nossa história, marcado por uma guerra de trincheiras, que é a luta contra a corrupção”.

No entendimento do presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão (Ampem), Tarcísio Bonfim, o trabalho do promotor de justiça é uma opção de vida em prol do ideal de uma sociedade livre, justa e igualitária. “Os novos promotores chegam em boa hora, para fortalecer a instituição e o combate à corrupção”.

Na avaliação do corregedor-geral do MPMA, Eduardo Jorge Hiluy Nicolau, o cargo de promotor de justiça é uma espécie de “emissário blindado da cidadania”, em virtude das garantias que lhe permitem desempenhar suas funções.

“Além de sermos convidados, a todo momento, a lidar com o sofrimento do próximo

no nosso dia a dia, às vezes sequer conseguimos entregar o nosso produto ao nosso cliente. E é assim porque o direito, principalmente o dos mais pobres e necessitados, é um produto que passa pelas mãos de vários operadores, cada um com sua percepção acerca do mesmo fato”, refletiu Nicolau.

Ao dar as boas-vindas aos novos promotores, Luiz Gonzaga Coelho destacou as ações institucionais de combate à corrupção para reverter este problema que afeta a qualidade de vida da população maranhense. “O Ministério Público do Maranhão, através de promotores e procuradores de justiça, vem atuando com firmeza no combate à corrupção, por meio de investigações civis e criminais, bem como interpondo ações civis por atos de improbidade e as ações penais pelos crimes praticados por maus agentes públicos”.

O procurador-geral de justiça conclamou os novos pro-

motores a se engajarem nesta luta. “É nesta toada que os nossos novos colegas devem se inspirar em suas respectivas atuações funcionais. Por isso, não devemos esmorecer, mas ao contrário, renovar diuturnamente nosso bom ânimo, para continuar dando à população a melhor resposta possível às demandas que estão dentro de nossas competências”.

AUTORIDADES - Também compuseram a mesa solene de autoridades a subprocuradora-geral de justiça para Assuntos Administrativos, Mariléa Campos dos Santos Costa; a ouvidora do MPMA, Rita de Cássia Maia Baptista Moreira, o desembargador Vicente de Paula Castro; o procurador chefe substituto da República no Maranhão, José Raimundo Leite Filho; a diretora da Escola Superior do MPMA, Ana Teresa Silva de Freitas; e o presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado do Maranhão, Murilo Guazelli.

BateRebate

BALCÃO DE RENEGOCIAÇÃO



Consumidores de São Luís e da região metropolitana da Ilha podem negociar, até esta sexta-feira (7), pendências financeiras com o Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica, Caema, Cemar, Universidade Ceuma, Faculdade Pitágoras, Faculdade do Maranhão (Facam), Lojas Gabryella, Credishop, Dullar, Spumaflex, Net/Claro, Alvorada Motos, Secretarias Municipal (Semfaz) e Estadual da Fazenda (Sefaz), no Balcão de Renegociação de Dívidas, no Shopping Rio Anil. A Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) também está no local para fornecer informações sobre débitos. Esta é a sétima edição do evento no Estado.

O Balcão de Renegociação de Dívidas – uma iniciativa do Núcleo de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) – foi aberto nesta segunda-feira (3) pelo desembargador José Bernardo Rodrigues (representando o presidente do TJMA, desembargador Cleones Carvalho Cunha); pelo presidente do Núcleo de Solução de Conflitos, desembargador José Luiz Almeida; e pelo coordenador do Núcleo, juiz Alexandre Abreu.

“Com este evento, o Poder Judiciário busca garantir o exercício da cidadania”, afirmou o desembargador Bernardo Rodrigues, na solenidade de abertura do evento. O desembargador José Luiz Almeida, por sua vez, ressaltou o alcance social do projeto e os inúmeros benefícios trazidos para a população, que pode resolver seus conflitos por meio do diálogo e da negociação, contribuindo para instaurar um sentimento coletivo de conciliação e paz social.

Campanha de Prevenção às Drogas é lançada em Tuntum

Pag.07



Campanha de Prevenção às Drogas é lançada em Tuntum

Uma pesquisa nacional feita em 2016 apontou um crescimento de 55% no consumo de drogas entre os alunos do ensino médio.



Tuntum é a 36ª cidade a lançar o projeto “Maranhão na Prevenção às Drogas”

Cerca de mil pessoas, incluindo alunos de escolas públicas municipais, estaduais e privadas, secretários municipais, vereadores, gestores escolares, funcionários públicos, conselheiros tutelares, autoridades policiais, líderes religiosos, entre outros, lotaram a Praça São Francisco de Assis, em Tuntum (MA), no lançamento da campanha “Maranhão na Prevenção às Drogas”, na última quinta-feira (29).

Além do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Cunha, participaram do lançamento o prefeito de Tuntum e presidente da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (FAMEM), Cleomar Tema, o diretor do Fórum da Comarca, juiz Edmilson da

Costa Lima, o presidente da Câmara Municipal, vereador Nelson Silva de Almeida, e o Comandante do 18º Batalhão de Polícia de Presidente Dutra, Ivaldo de Jesus Soares Barbosa.

O presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha, abriu o evento agradecendo o secretário de Educação de Tuntum, Magno Melo, pelo excelente trabalho na organização do lançamento da campanha. Tuntum é a 36ª cidade a lançar o projeto “Maranhão na Prevenção às Drogas”. No município já foram aprovadas – pela Câmara de Vereadores – a Lei do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas e a Lei do Fundo de Manutenção do Conselho.

“O uso de drogas leva obrigatoriamente os jovens para a

criminalidade. Quase a totalidade dos crimes advém da droga. O tráfico de drogas é o grande responsável pelos crimes de furto, roubo e tráfico de armas. Precisamos lutar e avançar para mudar esse cenário preocupante”, assinalou o presidente do TJMA.

O juiz da comarca de Bacabal, Jorge Leite, fez a apresentação do projeto “Parceiros da Paz” – que congrega várias instituições – e da campanha “Maranhão na Prevenção às Drogas”, da qual participa como representante do Poder Judiciário.

O magistrado apresentou dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), indicando que o consumo excessivo de drogas nos Estados Unidos e na Europa fez com que os registros

de overdose aumentassem em 19%.

Segundo ele, uma pesquisa nacional feita em 2016 apontou um crescimento de 55% no consumo de drogas entre os alunos do ensino médio. A pesquisa teve como parâmetro o ano de 2012. Leite informou também que o percentual de pessoas presas hoje, no Brasil, em decorrência do tráfico de drogas, é de 32,6%.

O prefeito da cidade, Cleomar Tema, falou da importância do Município abraçar a iniciativa. “Não podemos deixar a responsabilidade da criança apenas nas mãos dos nossos professores. Os pais são a base da criança. A prevenção é o único caminho para afastar nossos jovens da droga”, frisou.

O sargento Aldean da Costa Monteiro falou do trabalho que a Polícia Militar tem feito junto ao Programa Educacional de Resistências às Drogas e à Violência (PROERD), um projeto desenvolvido junto às crianças com idade entre nove e doze anos, com palestras de policial fardado dentro da sala de aula, repassando ensinamentos sobre os efeitos das drogas. “Pais, adotem seus filhos antes que um traficante adote”, alertou o sargento.

Durante o lançamento, o músico Amilson de Lacerda interpretou os Hinos Nacional e Municipal. Houve a leitura de um poema com o conselheiro tutelar Antoniel, apresentação do Coral de Flautas do Centro de Convivência, com o monitor Geovane. O evento foi encerrado com a apresentação do “Boi do Zé”, com a participação de alunos do Colégio Municipal José Teixeira.

BateRebate

PLANTÃO NO FÓRUM DE SÃO LUÍS

Os juízes José Brígido da Silva Lages (7ª Vara Cível) e Carlos Roberto Gomes de Oliveira Paula (juiz auxiliar) respondem, respectivamente, pelos plantões cível e criminal da Comarca da Ilha de São Luís, até domingo (09.07). Os plantões funcionam no Fórum Des. Sarney Costa (Calhau), no período noturno de segunda a sexta-feira e durante 24 horas nos sábados domingos e feriados.

Auxiliam os magistrados no plantão desta semana as secretárias judiciais Dayana Karla Cardoso de Oliveira (7ª Vara Cível) e Rosângela Lopes da Silva Porto (1ª Vara de Paço de Lumiar). O contato com as equipes pode ser feito pelos telefones celulares (98)98811-2153 (Cívele) (98)98802-7484 (Criminal).

O plantão funciona para atendimento dos casos considerados de natureza urgente. Não são recebidos pedidos por meio do PJE (Processo Judicial Eletrônico). Todas as petições devem ser entregues em meio físico (impressas em papel), diretamente no local do plantão, no Fórum Des. Sarney Costa.

DIVULGAÇÃO



Juízes da CGJ participam de grupos temáticos

Os juízes auxiliares da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA), José Américo Abreu Costa e Rosária Duarte, participaram das discussões em dois grupos temáticos no 75º Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Generais dos Tribunais de Justiça do Brasil (Encoge), no Palácio da Justiça, em Belo Horizonte, que aconteceu de 28 a 30 de junho. O juiz José Américo participou do grupo que discutiu as Demandas Repetitivas e Uso Predatório da Justiça. A juíza Rosária Duarte debateu os temas Destino de Armas e Bens Apreendidos. O resultado das discussões integram a Carta de Belo Horizonte, documento que sintetiza as decisões dos corregedores-gerais de todo o país que participaram do Encontro.



DIVULGAÇÃO



O controle externo,
as transparências
e as medidas
que vêm sendo
implementadas pelo
Conselho Nacional de
Justiça têm se mostrados
eficazes no tratamento
de desvio de conduta de
magistrados e servidores
no âmbito do Judiciário

**José Américo Abreu Costa, juiz, sobre o
Encontro de Colégios Permanentes de
Juízes em Belo Horizonte**



DIVULGAÇÃO

As escolhas de temas atuais enriqueceram os debates e a troca de experiências no enfrentamento de questões criminais

Rosária Duarte, juíza, no Encontro de Juízes Auxiliares em Belo Horizonte

Fabricante de fogos deve indenizar em 40 mil cliente que teve dedos da mão amputados em acidente com bomba

Por decisão da juíza Raquel Araújo Castro Teles de Menezes, titular da 1ª vara da comarca de Timon, a Indústria e Comércio de Fogos Titan Ltda. foi condenada ao pagamento de R\$ 20 mil (vinte mil reais) a título de indenização por danos estéticos, além do pagamento de mesmo valor (vinte mil reais) a título de indenização por danos morais a S.G.S.N., que teve três dedos da mão direita amputados em decorrência de acidente com bomba de fabricação da empresa. Sobre

ambos os valores devem incidir juros de mora de 1% ao mês "a partir do evento danoso", bem como correção monetária com base no INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

A sentença foi proferida em Ação de Indenização por Danos Morais e Estéticos movida pelo cliente em desfavor da fabricante de fogos de artifício. Na ação, S. relata ter adquirido, no dia 05 de julho de 2015, duas caixas de bomba Titan Plus, sendo que, no dia 28 de julho, ao fazer uso

do produto, teve três dedos da mão amputados devido a defeito de fabricação do mesmo, já que a bomba teria explodido em menos de um segundo.

Devidamente citada em três ocasiões, a empresa não ofereceu contestação/defesa, motivo pelo qual foi decretada a revelia da fabricante.

Dever de indenizar - Segundo salienta a juíza em suas fundamentações, a responsabilidade do fabricante pelos acidentes de consumo é objetiva, não se discutindo portanto culpa. "Caracterizados o

dano, o defeito do produto e onexo causal, surge o dever de indenizar", ressalta.

Citando boletim de entrada do Hospital de Urgência de Teresina (PI), registro de ocorrência, bem como relatório de atendimento e laudos médicos anexados ao processo, a magistrada afirma que as lesões que resultaram na amputação dos dedos do autor estão devidamente comprovadas, assim como também comprovado que a bomba adquirida por S. era de fabricação da empresa ré.

Sobre o defeito do produto, a juíza afirma que esse "reside na forma irregular de explosão do artefato", já que, conforme instruções contidas na caixa do produto, a utilização se daria com a retirada do produto da embalagem, após

o que deveria ser aceso o iniciador pirotécnico, quando a bomba deveria ser jogada distante. "Porém, segundo o autor, o artefato explodiu imediatamente, em menos de um segundo, ocasionando a perda de três dedos de sua mão direita, fato este não contestado pela requerida", observa a juíza para quem caberia ao fabricante "proporcionar dispositivos de segurança que impedissem a explosão irregular da bomba. Não basta mera advertência, eximindo-se da responsabilidade por acidentes, visto que o perigo é inerente à atividade explorada", alerta.

Autoestima - Em relação aos danos estéticos, a magistrada destaca a alteração permanente na aparência do demandante, que configura o

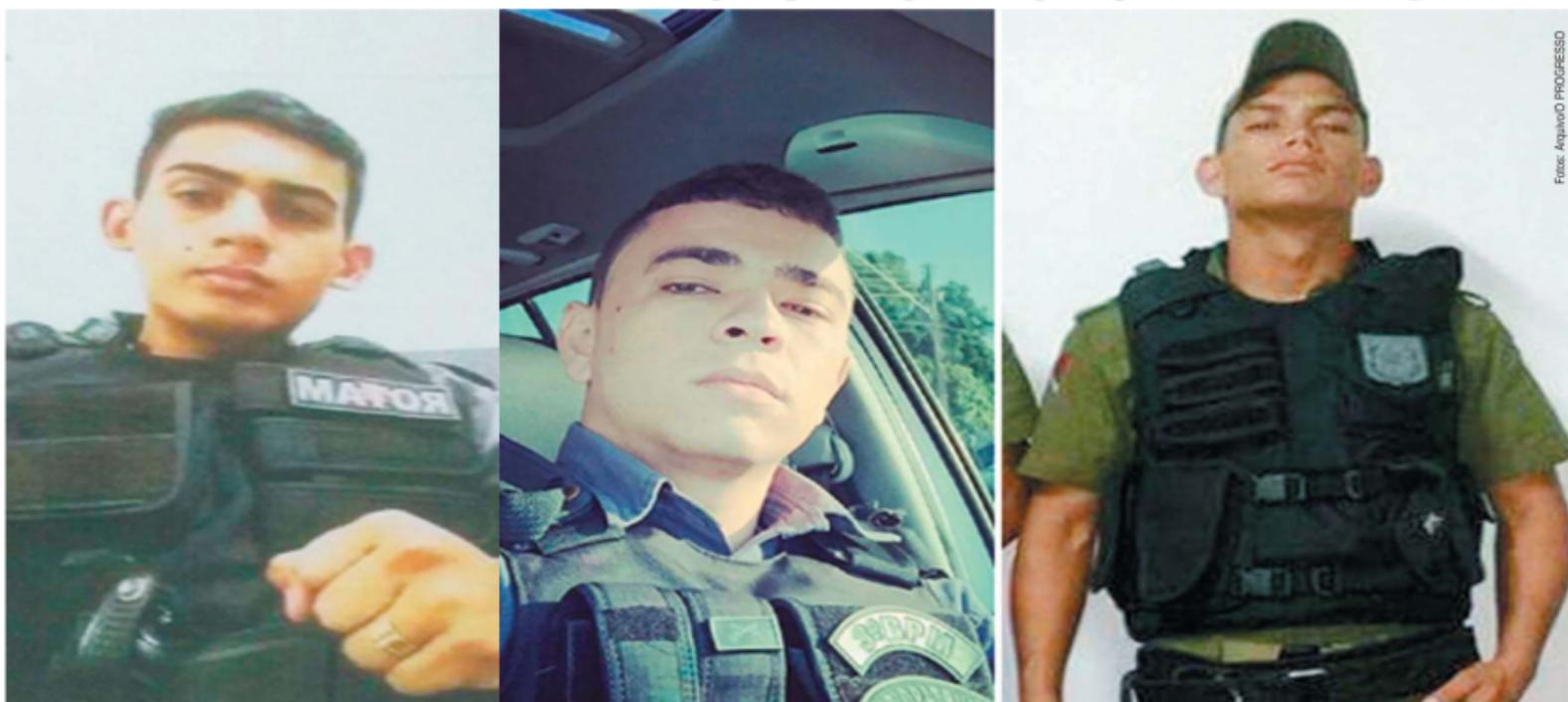
dano, "já que retratada a seqüela permanente deixada".

Sobre os danos morais, a juíza afirma que o acidente extrapolou o mero dissabor para a vítima. Para Raquel Teles de Menezes, a amputação de três dedos da mão direita decorrente do acidente certamente "possui o condão de comprometer a autoestima" do acidentado, além de representar a permanente lembrança do infortúnio.

Destacando as cirurgias e tratamentos a que teve que se submeter o autor, a magistrada afirma que as consequências do acidente demandam maior tempo para a recuperação da vítima o que significa, além das dores físicas decorrentes das lesões, o abalo emocional do acidentado. *(Marta Barros - Asscom CGJ)*

Justiça manda soltar policiais

Foram colocados em liberdade os militares Brenno Duarte Bezerra, John Mike Barros de Sousa e Jack Helson Nascimento Assunção, presos pela “Operação Diamante Negro” P8c1



Justiça determina soltura de policiais militares presos na operação 'Diamante Negro'

Arquivo/O PROGRESSO



Policiais militares Brenno Duarte, John Mike e Jack Helson foram colocados em liberdade

A justiça determinou nesta segunda-feira (3), a soltura dos policiais militares Brenno Duarte Bezerra, John Mike Barros de Sousa e Jack Helson Nascimento Assunção.

Os três policiais tinham sido presos no dia 29 de maio de 2017, em cumprimento de mandados de prisão pela Superintendência de Homicídios e Proteção à Pessoa-DHPP, através da operação 'Diamante Negro'.

Os militares estavam presos em cumprimento a mandados de prisão temporária de 30 dias decretada pelo juiz da 2ª Vara Criminal da Comarca de Imperatriz, Marcos Antonio Oliveira.

Os policiais foram investigados acusados de crime de homicídio, que teve como vítima Fábio Conceição Silva.

Fábio era investigado por tráfico e, segundo as investigações, vinha sendo extorquido pelos policiais. Diante da situação, Fábio de-

nunciou os policiais ao Ministério Público, que passou o caso para a Polícia Civil investigar, e esta concluiu que os policiais presos tinham envolvimento no caso.

O policial militar Brenno Duarte Bezerra já respondia por acusação de ter assassinado um jovem nas proximidades de onde funcionava a sede da Transbrasiliana, na marginal direita da BR-010, e tentado contra a vida de outro em Imperatriz, também em 2016. Ele estava respondendo em liberdade e trabalhando normalmente.

Os policiais Brenno Duarte Bezerra e John Mike Barros de Sousa estavam presos no Quartel do Comando Geral da Polícia Militar do Maranhão, em São Luís, enquanto que Jack Helson Nascimento Assunção estava preso no Quartel do 3º BPM, em Imperatriz.

Brenno e John Mike já tinham sido transferidos para São Luís, juntamente com outros 15 policiais de Imperatriz.

Barão de Grajaú

Ex-presidente da Câmara de Vereadores é condenado por improbidade a pedido do MP-MA

Irregularidades na prestação de contas de 2005 da Câmara de Vereadores de Barão de Grajaú levaram o Poder Judiciário a condenar, em 2 de junho, o ex-presidente da casa legislativa, Eduardo Ferreira e Silva, à suspensão, por nove anos e quatro meses, de seus direitos políticos.

O ex-vereador também foi

proibido, por seis anos e oito meses, de contratar com o Poder Público ou receber incentivos e/ou benefícios ou creditícios, mesmo que por meio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

Proferida pelo juiz David Meneses, a sentença é resultado de Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa, ajuizada, em

julho de 2013, pela titular da Promotoria de Justiça da comarca, Ana Virgínia Pinheiro Holanda de Alencar.

Irregularidades - As ilegalidades verificadas referem-se à folha de pagamento, concessão de diárias sem especificação dos serviços e à desobediência do limite estabelecido pela legislação para a remunera-

ção de ex-presidentes de Câmaras de Vereadores.

Além do relatório de gestão, não foram apresentados, ainda, documentos como o plano de carreiras e salários dos servidores e a cópia da lei que fixa os subsídios dos vereadores.

As contribuições previdenciárias dos edis também não foram retidas e recolhidas.

Flávio Dino recebe a visita da secretária das Mulheres do Governo Federal



O governador Flávio Dino recebeu a visita da secretária Especial de Políticas para as Mulheres do Governo Federal, Fátima Pelaes, na manhã desta segunda-feira (03), no Palácio dos Leões. A reunião integrou a agenda de trabalho de membros da Secretaria das Mulheres que tem como objetivo alinhar a parceria com o Governo do Estado para a inauguração da Casa da Mulher Brasileira.

Durante a conversa, o governador Flávio Dino e a secretária Fátima Pelaes conversaram sobre as políticas públicas voltadas para as mulheres e reforçaram o

desejo de inaugurar a Casa da Mulher Brasileira de São Luís em agosto, mês de comemoração de 12 anos da Lei Maria da Penha.

“Tivemos hoje com a rede de enfrentamento e saímos daqui com muita expectativa. Visitamos também a Casa da Mulher Brasileira, que está praticamente pronta, então esperamos que agora no mês de agosto, pela programação da Lei Maria da Penha, possamos incluir a Casa aqui no Maranhão”, afirmou Fátima Pelaes.

Ela disse, ainda, que a Secretaria das Mulheres ficou muito feliz de ver a forma, o trabalho que vem sendo feito

e o compromisso de todos que tem responsabilidade de trabalhar as políticas públicas voltadas para as mulheres no Maranhão. “Isso é muito importante, sentimos esse compromisso do Governo, de todos que estão aqui, e acreditamos que durante todo este mês de julho vamos estar com tudo organizado para em agosto nós inaugurarmos a Casa, que é um serviço de atendimento integrado a essa mulher vítima de violência”, enfatizou.

A Casa da Mulher Brasileira é uma inovação no atendimento humanizado às mulheres. Integra no mesmo espaço serviços especializa-

dos para os mais diversos tipos de violência contra as mulheres: acolhimento e triagem; apoio psicossocial; delegacia; Juizado; Ministério Público, Defensoria Pública; promoção de autonomia econômica; cuidado das crianças – brinquedoteca; alojamento de passagem e central de transportes.

A secretária de Estado da Mulher (Semu), Laurinda Pinto, disse que a manhã foi de reuniões com todos os serviços que integram a câmara técnica da Casa da Mulher Brasileira. “Vamos viabilizar a mudança dos órgãos para a Casa e ajustes finais da parte administrativa. A Semu já realizou todo o processo licitatório dos serviços de administração que darão suporte ao funcionamento dos órgãos, e, agora, só falta os órgãos se organizarem para fazer as mudanças”, explicou.

A juíza auxiliar da vara de violência doméstica e familiar contra a mulher, Suely Feitosa, disse que “nessa proposta da Casa, o judiciário também integra os serviços que são prestados à mulher. Nós precisamos ainda só definir este atendimento de medidas protetivas”.



Estarmos entre os três finalistas da categoria Inovação já é um grande reconhecimento do trabalho feito na Comunicação do TJ-MA. Estamos muito felizes em termos conquistado o 3º lugar e, com certeza, o Tribunal de Justiça do Maranhão continuará participando e inscrevendo projetos em diferentes categorias nas próximas edições do Prêmio”, comentou a jornalista Roberta Gomes.

Consumidores podem resolver pendências no Balcão de Renegociação

Consumidores da região metropolitana de São Luís podem negociar, até sexta-feira (7), pendências financeiras com durante o Balcão de Renegociação de Dívidas, no Shopping Rio Anil. É possível negociar débitos com o Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica, Caema, Cemar, Universidade Ceuma, Faculdade Pitágoras, Faculdade do Maranhão (Facam), Lojas Gabryella, Credishop, Dullar, Spumaflex, Net/Claro, Alvorada Motos, Secretarias Municipal (Semfaz) e Estadual da Fazenda (Sefaz). A Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) também está no local para fornecer informações sobre débitos. Esta é a sétima edição do evento, realizado pelo Núcleo de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) Além da renegociação de dívidas,

outros serviços são oferecidos, incluindo atendimento de solicitações (alterações cadastrais, ativação de contas), consultoria financeira, oferta para contratos habitacionais, reclamações (problemas de cobertura, contestações de contas), cadastro de clientes na tarifa social de energia de baixa renda, recebimento (de IPVA, ICMS, ISS e IPTU), encaminhamento de acordo para homologação judicial, entre outros. Também há orientação e conscientização de direitos, distribuição de cartilhas, tabelas de controle financeiro e panfletos que orientam o consumidor.

No local, o consumidor poderá, ainda, cadastrar reclamações ou solicitar o agendamento de audiências com empresas que não estiverem participando do Balcão.

Comarca de São Mateus suspende expediente externo vespertino

De ontem (3) até o próximo dia 17 o expediente na comarca de São Mateus a partir das 14h será apenas interno. No referido horário, o atendimento às partes e aos advogados só se darão quando “necessário para resguardar medidas processuais urgentes”, consta no documento. Durante o período, ficam suspensos também os prazos processuais, que serão “devolvidos às partes ao término dos trabalhos”. Já as audiências designadas para as datas mencionadas ocorrerão normalmente. As determinações são do juiz Marco Aurélio Barreto

Marques, titular da comarca e diretor do fórum de São Mateus. De acordo com a portaria editada pelo juiz – Portaria 5398/2017, a medida visa à atualização dos registros e juntadas de petições que se encontram aguardando a devida movimentação, bem como ao cumprimento das decisões judiciais pendentes. Entre as considerações do juiz, o grande número de petições na Secretaria Judicial pendentes de juntada, além de processos aguardando a devida movimentação e o cumprimento por parte do setor (Secretaria Judicial).

Barão de Grajaú

Ex-presidente da Câmara é condenado por improbidade a pedido do MPMA

Irregularidades na prestação de contas de 2005 da Câmara de Vereadores de Barão de Grajaú levaram o Poder Judiciário a condenar, em 2 de junho, o ex-presidente da casa legislativa, Eduardo Ferreira e Silva, à suspensão, por nove anos e quatro meses, de seus direitos políticos.

O ex-vereador também foi proibido, por seis anos e oito

meses, de contratar com o Poder Público ou receber incentivos e/ou benefícios ou creditícios, mesmo que por meio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

Proferida pelo juiz David Meneses, a sentença é resultado de Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa, ajuizada, em julho de 2013, pela

titular da Promotoria de Justiça da comarca, Ana Virgínia Pinheiro Holanda de Alencar.

IRREGULARIDADES

As ilegalidades verificadas referem-se à folha de pagamento, concessão de diárias sem especificação dos serviços e à desobediência do limite estabelecido pela legislação para a

remuneração de ex-presidentes de Câmaras de Vereadores.

Além do relatório de gestão, não foram apresentados, ainda, documentos como o plano de carreiras e salários dos servidores e a cópia da lei que fixa os subsídios dos vereadores.

As contribuições previdenciárias dos edis também não foram retidas e recolhidas.